

## Reflexões sobre a BNCC, o currículo e suas interferências na formação de professores da Educação Básica

### Reflections on the BNCC, the curriculum and its interference in the training of Basic Education teachers

Flávia Helena Cabral Reis<sup>1\*</sup>, Thiago Brandão Ericeira<sup>1</sup>, Walter Reis Cabral<sup>2</sup>, Maria de Fátima Serra Rios<sup>3</sup>, Michele Leite Bazzo<sup>4</sup>

---

#### RESUMO

O artigo trata-se de uma revisão bibliográfica que aborda reflexões sobre a BNCC, o currículo e suas interferências/intenções na formação de professores da educação básica, realizada na base de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico (ferramenta de busca) a partir do ano 2018. Com o estudo, verificou-se que a BNCC foi construída sob um alicerce em que o mercado prevalece sobre os princípios de qualidade da educação; surgindo como um mecanismo para regular o trabalho dos professores, representando um retrocesso à formação docente, uma vez que impossibilita o direito à formação crítica e emancipada. Além disso, a BNCC apresenta um discurso impositivo, pois define habilidades e competências a serem adotadas pelas instituições de ensino, interferindo na autonomia do professor. Nota-se que a BNCC defende práticas agravantes que interfere na qualidade do sistema educacional brasileiro. Assim, evidencia-se a importância da BNCC ser discutida de forma ampla, não só por profissionais de ensino, como também, por toda a comunidade escolar, problematizando os impactos que essa política curricular promove, nos diversos âmbitos da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular 1; Currículo 2; Formação de Professores 3; Educação Básica 4.

---

#### ABSTRACT

The article is a bibliographic review that addresses reflections on the BNCC, the curriculum and its interference/intentions in the training of teachers of basic education, carried out in the database Periódicos Capes and Google Scholar (search tool) from the year 2018. With the study, it was found that the BNCC was built on a foundation in which the market prevails over the principles of quality in education; emerging as a mechanism to regulate the work of teachers, representing a setback to teacher training, since it makes the right to critical and emancipated training impossible. In addition, the BNCC presents an imposing discourse, as it defines skills and competences to be adopted by educational institutions, interfering with the teacher's autonomy. It is noted that the BNCC defends aggravating practices that interfere with the quality of the Brazilian educational system. Thus, it is evident the importance of the BNCC to be discussed in a broad way, not only by teaching professionals, but also by the entire school community, questioning the impacts that this curricular policy promotes, in the various areas of Brazilian education.

**Keywords:** Common National Base Curricular 1; Curriculum 2; Teacher Training 3; Basic Education 4 .

---

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão  
\*thiagobrandao08@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Com o progresso da sociedade moderna, a inovação tecnológica e o anseio de modificar o ensino no Brasil, fora criada a Base Nacional Curricular (BNCC). Este documento, por sua vez, tem por finalidade nortear os currículos dos sistemas e rede de ensino das Unidades Federativas, bem como as propostas pedagógicas das instituições escolares (públicas e privadas) de todo o Brasil, englobando a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio (SOUZA, 2020).

No que se refere à formação continuada, sabe-se que esta é de suma importância para o desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais da educação, uma vez que permite troca de experiências, diálogos sobre dificuldades e anseios, além de proporcionar o aprendizado de novos conhecimentos e cultura. Todavia, as diretrizes impostas pela BNCC têm atribuído uma redução do valor dessa formação na vida profissional dos educadores. Tendo em vista o aligeiramento na formação, um treinamento rápido e barato que desqualificam os docentes, passando a ideia de que a formação continuada serve apenas para o desenvolvimento de competências necessárias para atuação profissional. Com isso, observa-se a necessidade de mudança nos currículos dos cursos de formação dos professores da educação básica e continuada (NOGUEIRA; BORGES, 2020).

Sendo assim, este artigo objetiva refletir sobre a BNCC, o currículo e suas interferências/intenções na formação de professores da educação básica. Tornando-se relevante por discutir questões relacionadas à formação dos professores, bem como por ratificar a necessidade de currículos mais adequados que, de fato, atendam as demandas dos educandos, ao passo que não restrinja a autonomia dos professores.

## TEORIAS DO CURRÍCULO NO SÉCULO XX

Currículo refere-se à ação, por sua vez, precisa ser compreendido como um processo e não como um documento estático com diretrizes oficiais a respeito do que necessita e do que não necessita ser ensinado. Dessa maneira, o currículo não é algo fixo, porém é flexível e maleável conforme as características sociais, culturais e identitárias daqueles que estão em formação. Assim, é preciso que na construção do currículo sejam levados em consideração os processos de subjetivação, visto que muitos são os caminhos

e itinerários formativos construídos ao longo do processo educacional (SACRISTÁN; PÉREZ GÓMES, 2000).

Corroborando com os autores supracitados, Pacheco (2017) afirma que o currículo é permeado de características sociais, econômicas políticas e culturais, e a partir delas pode-se compreender que diferentes forças atuam na construção do currículo e que, todos que dele participam deixam sua marca, pois a participação nunca é neutra. Uma vez que o currículo é um campo permeado de ideologias, forças, valores, interesses e necessidades que, contribui direta ou indiretamente para a visão de mundo daqueles que estão envolvidos em sua estrutura. Dessa forma, torna-se necessária a compreensão das teorias que norteiam a definição de um determinado currículo, usualmente classificada como: teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, descritas no quadro 01.

**Quadro 01-** Teorias do Currículo

TEORIAS DO CURRÍCULO	CONCEITO
<b>Teorias tradicionais de currículo</b>	São baseadas em modelos tradicionais cuja discussão não visam problematizar as instituições de ensino, tampouco os processos de configuração da vida social na sua relação com a construção do currículo e do processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva produz um apagamento acerca das questões econômicas, políticas e culturais que culminam na elaboração de um currículo apenas como conjunto de conteúdos que devem ser ministrados, apagando as discussões sobre a estrutura social que determina aquilo que deve ou não ser ensinado e os porquês dessa seleção.
<b>Teorias críticas do currículo</b>	Surgem a partir dos movimentos sociais nos anos de 1960. Eles se constituem de abordagens baseadas na crítica ao modelo de currículo profissional centrado na reprodução do modelo fabril, na reprodução, no monitoramento e no controle rigoroso dos processos de ensino aprendizagem com base na sistematização de um currículo de base hegemônica. Assim, as teorias críticas do currículo surgem como uma alternativa para compreensão do processo de ensino aprendizagem e dos saberes e competências que perpassam o currículo.
<b>Teorias pós-críticas</b>	Problematizam o “progresso” cultural e a hegemonia de determinados grupos étnicos e econômicos. Elas recebem esse nome por se configurarem como um avanço/aprofundamento das teorias críticas, aprofundando-se na discussão sobre currículo e desigualdade social, feminismo, gênero, etc. Com isso, o currículo traz à tona a necessidade de formação humana integral em que seja possível o desenvolvimento da

capacidade de olhar através do lugar social do outro, da capacidade de compreender e respeitar às diferenças étnicas, culturais, sexuais, etc.
--

Fonte: adaptado de Freire e Vieira (2019, p. 4-6).

A partir disso, observa-se que as teorias do currículo são uma ferramenta epistemológica muito importante para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e suas formas de organização. Além das teorias do currículo, é relevante que se conheça os princípios da BNCC na educação básica, de modo a se construir uma educação de qualidade.

## PRINCÍPIOS DA BNCC NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Destinada aos alunos e professores da Educação Básica, a BNCC fundamenta-se a partir de do Plano Nacional de Educação (PNE), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN); baseada nos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa e inclusiva (BRASIL, 2018).

A BNCC e os currículos reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, tendo em vista que tais aprendizagens só se concretizam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação (BRASIL, 2018).

Nessas condições, a BNCC apóia-se em dois fundamentos pedagógicos para a educação básica: o compromisso com a educação integral e o foco no desenvolvimento de competências. Em relação à educação integral, destaca que é preciso que o educando seja considerado como um todo, levando em consideração seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, culturais e sociais, complementando a ação da família, da escola e da comunidade (TOMBOLATO, 2020).

Em se tratando do foco no desenvolvimento de competências dos estudantes, retratado no quadro 02, a BNCC trabalha na seguinte perspectiva:

### Quadro 02- Competências Gerais da Educação Básica orientadas pela BNCC

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade,
Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica.
Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares).
Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania.
Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos.
Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros.
Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos.
Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: adaptado de (BRASIL, 2018, p.9-10).

A partir do cenário exposto, observa-se que a BNCC busca desenvolver as competências do educando para que este possa aprender a aprender, saber lidar com as culturas digitais e com informações, saber resolver problemas, identificar os dados de determinada situação e buscar soluções, saber tomar decisões, bem como conviver com as diferenças e as diversidades presentes em nosso meio (SOUZA, 2020). À vista disso, observa a importância da BNCC para a educação, promovendo grandes contribuições para a educação básica.

### **A BNCC NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Em relação à educação, a BNCC prioriza a educação integral, defendendo o desenvolvimento humano pleno, privilegiando a dimensão intelectual (cognitiva) e afetiva, assegurando uma visão plural e integral do estudante como um sujeito de aprendizagem em formação. Dessa maneira, a escola se caracteriza como um espaço democrático de aprendizagem e inclusão que tem por objetivo o respeito às diferenças. Ademais, a escola assegura os direitos de aprendizagens, buscando promover mudança no processo de ensino e aprendizagem, além da contribuição na formação integral do

estudante e na sua permanência na escola, de modo a colaborar na formação de cidadãos capazes de transformar a si mesmos, bem como a sociedade em que vivem (SOUZA, 2020).

Nesse sentido, a BNCC progride na articulação discursiva defendendo a qualidade da educação em torno da definição curricular para a educação básica, como também a definição do currículo da formação docente, apontando para a centralidade da docência, tema que vem sendo discutido nas últimas décadas nas agendas políticas de currículo. Nessas discussões, é atribuída aos professores a responsabilidade pelo sucesso das reformas curriculares, ficando estes responsáveis pelo compromisso na sua concretização e êxito (DIAS, 2016).

Tendo em vista a importância que a BNCC representa para o desenvolvimento da educação, espera-se que ela transcorra o rompimento com a distância das políticas educacionais e fortaleça o regime entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) edificando a qualidade da educação (RIBEIRO, ALVES, SERAFIM, 2019). Dessa maneira, a Base pode contribuir exponencialmente com a formação dos estudantes, ao passo que prioriza e valoriza a formação inicial e continuada dos professores.

### **A BNCC E SUAS ORIENTAÇÕES PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Tendo em vista a importância da formação inicial e continuada para o desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais na educação, esperam-se mais investimentos e incentivos nesse sentido. Pois, formações como essas, possibilitam ao professor a troca de experiências, debates sobre suas dificuldades e anseios, além da aprendizagem de novos conhecimentos e cultura (NOGUEIRA; BORGES, 2020).

Nesse sentido, a BNCC:

[...] oferece uma excelente oportunidade para o ajuste da formação, de maneira que ela contribua para que os professores aprendam as competências, habilidades e os conteúdos, bem como as formas de ensiná-los e técnicas de gestão da sala de aula [...] (RIBEIRO, 2017, p. 8).

Em razão disso, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) defende alguns princípios para a Base Comum Nacional, são eles: a) sólida formação teórica; b) pesquisa como eixo norteador do currículo; c) compromisso social da profissão docente; d) unidade teoria-prática ao longo do curso; e) vivências de

práticas de gestão e trabalho interdisciplinar e coletivo; f) avaliação permanente e a educação continuada (FRANGELLA; DIAS, 2018).

Apesar de a BNCC fomentar a formação dos professores, pergunta-se até que ponto a formação continuada dos docentes está sendo priorizada na nova estruturação do ensino. Ao passo que o documento alega que a primeira tarefa da União é rever a formação inicial e continuada dos professores, alinhando-as à BNCC, pois acreditam que os professores serão agentes ativos na implantação da Base. Assim, Cassio (2018, p. 240) considera que a BNCC é um retrocesso na educação brasileira, visto que ela “(...) tem implicações diretas nas políticas estatais de compra e distribuição de materiais didáticos e de formação inicial e continuada de professores, além de influir nas (e de ser influenciada por) avaliações em larga escala (...)”.

Nessa perspectiva, a BNCC surge como mais um ingrediente da receita que pretende melhorar a qualidade do ensino, ensinando os professores o saber fazer. Todavia, as mudanças instituídas pela BNCC não tem criado possibilidades de emancipação dos professores, e a formação continuada tem se resumido a participação em cursos, palestras, ações descontínuas, sem ligações entre si, impossibilitando a transformação de ideias e práticas dos professores. É notório que a qualidade da educação brasileira requer investimentos em políticas públicas educacionais, valorização dos docentes, infraestrutura das escolas, gestão democrática, entre outros (MAGALHÃES, 2019). Por isso, justifica-se a necessidade de análise da formação, BNCC e as políticas de currículo.

## **RELAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO E BNCC NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO**

Após essa aprovação, as instituições de ensino, tanto educação inicial quanto de educação continuada receberam um prazo de até dois anos, a partir da publicação do documento, para que os currículos fossem adequados às demandas da BNCC (SOUZA; SOUSA; ARAGÃO, 2020). Contudo, a BNCC sofre críticas por “privilegiar especialistas e subalternizar o diálogo com as comunidades educacionais e escolares, em um modelo centralizador de tomada de decisões” (AGUIAR; DOURADO, 2018, p.18).

Sabe-se que o currículo precisa ser pensado a partir dos atores envolvidos. Nesse sentido, a Base oferece oportunidade para ajustar a formação docente, contribuindo para que os professores desenvolvam competências, habilidades e conteúdos, assim como as formas de ensiná-los e técnicas de gestão das salas de aula. Todavia, evidências nacionais e internacionais apontam que essas formações serão bem mais sucedidas se for

possível consolidar para os professores o que é esperado que os alunos aprendam, bem como as diferenças entre as aprendizagens atuais e as novas previstas. Desse modo, precisa-se que a formação faça uso de materiais práticos, como: planos de aula, itens de avaliação, mapas de aprendizagem, atividades baseadas nos objetivos de aprendizagem (RIBEIRO, 2017).

Com isso, evidencia-se a necessidade de alteração nos currículos de formação dos professores da educação básica, bem como alterações nos currículos de programa de formação continuada. Mesmo não sendo possível uma homogeneidade curricular, via BNCC ou qualquer outra organização centralizada do currículo, defende-se a ideia de um projeto com uma base unificadora e homogeneizadora, partindo do ponto de que a qualidade da educação depende desse projeto. Contudo, ao ser construído tal projeto, pouco tem se problematizado a noção de qualidade da educação. Tendo em vista, que a qualidade da educação, por vezes é reduzida a uma simples noção de qualidade de ensino, de assimilação de conteúdo, ou até mesmo ao cumprimento de expectativa de aprendizagem. Por conta disso, a qualidade da educação fica reduzida a resultados positivos e o currículo cada dia fica mais dirigido pelas avaliações (LOPES, 2018).

Mediante as propostas apresentadas pela BNCC, é necessária a implementação de novos currículos nas instituições de ensino básico e superior, mas para isso é preciso que ocorra a reformulação no processo de formação dos professores para que se cumpra a prerrogativa instituída pela BNCC e BCN da educação básica (SOUZA; SOUSA; ARAGÃO, 2020).

Apesar das diversas orientações feitas pela BNCC em relação ao currículo, cabe aqui mencionar que:

A BNCC não é currículo. Ela explicita direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, mas não a maneira como professores, escolas e sistemas de ensino trabalharão para concretizá-los. O conjunto de saberes previsto na Base servirá como norte para a construção e adaptação dos currículos de todos os sistemas de ensino do país. BNCC e currículos têm, portanto, papéis complementares, dado que as aprendizagens se materializam mediante ao conjunto de decisões do âmbito curricular, que adequam as proposições da BNCC à realidade das redes de ensino e das instituições escolares (BRASIL, 2017b, p. 7).

Dessa maneira, observa-se a importância da construção de um currículo que leve em consideração a realidade de cada território, realidade e sujeitos. Normalmente os

currículos são pensados a partir da iniciativa governamental, devido às prerrogativas legais que a educação se baseia. Entretanto, as reformas educacionais precisam estar alinhadas com a realidade das condições de trabalho dos professores, não desconsiderando a singularidade do alunado (SOUZA; SOUSA; ARAGÃO, 2020).

De acordo com Lopes (2018), não teremos uma educação de qualidade se os professores não participarem da construção do currículo, uma vez que eles estão mais próximos dos alunos e, portanto, conhecem a realidade deles. Em contrapartida, os professores não serão envolvidos nessa construção se não gozarem de salários melhores e possibilidades de realização do que sabem fazer. Mesmo o professor sendo uma peça fundamental para uma educação de qualidade, precisa-se desconstruir o discurso do protagonismo docente como garantidor da qualidade da educação, tendo em vista que outros sujeitos, instituição e dimensões são relevantes no processo do educar para além de ensinar (FRANGELLA; DIAS, 2018).

## **METODOLOGIA**

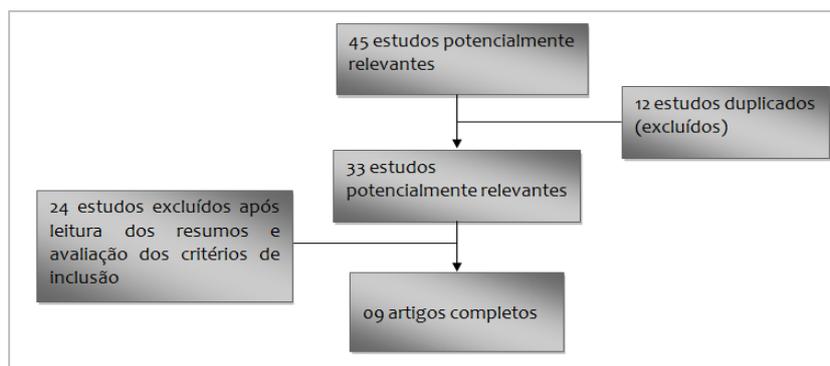
Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, que segundo Pizzaniet al. (2012) reúne vários materiais já publicados, buscando construir um novo olhar para o tema estudado. Dessa forma, realizou-se um levantamento bibliográfico, com enfoque qualitativo, na base de dados periódicos capes e Google Acadêmico (ferramenta de busca), a partir do ano 2018.

Na busca inicial foram analisados os títulos e posteriormente os resumos dos artigos para a seleção de prováveis publicações de interesse, utilizando as seguintes palavras-chave para seleção dos artigos: BNCC, Educação Básica, Currículo, Formação de Professores.

Como critérios de inclusão utilizaram-se: artigos no idioma português, publicados a partir de 2018, com temática envolvendo as diretrizes da BNCC e a formação continuada, os impactos da BNCC e a formação do currículo na formação dos professores da educação básica.

Realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Após constatar a relação ao tema em estudo, procedia a leitura dos artigos na íntegra. A Figura 01 descreve o caminho percorrido na identificação e seleção de artigos que compõem este estudo.

**Figura 01** - Fluxograma do processo de seleção dos estudos nas Bases de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico (ferramenta de busca)



Fonte: Elaboração dos autores

Assim, os 09 estudos selecionados foram lidos na íntegra e analisados de forma criteriosa, pois atendiam ao objetivo da pesquisa de maneira satisfatória, e os dados foram apresentados e discutidos textualmente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Moura (2020), o Brasil trouxe a BNCC como forma de resposta às exigências feitas por organizações internacionais em relação a melhores resultados nas avaliações externas, com isso, a BNCC surge para estabelecer padronização nas instituições de ensino. Desse modo, o currículo da educação básica sofre implicações da BNCC, tendo em vista que esta busca regular o conhecimento por meio de habilidades, competências e desempenho nas avaliações.

Nesse sentido, Nogueira e Borges (2020) apontam que a BNCC foi construída sob um alicerce em que o mercado prevalece sobre os princípios de qualidade da educação. Em virtude disso, os modelos internacionais têm sido inseridos nos planos e programa de formação continuada, ficando este momento resumido, basicamente, a complemento da formação inicial, sendo que os professores podem desenvolver competências indispensáveis à sua atuação, uma vez que necessitam estar capacitados para obterem resultados positivos nas avaliações do governo. Diante desse cenário, ocorre que os professores ficam sobrecarregados devido o aumento da demanda diariamente. Outro ponto a ser destacado pelos autores, é que a formação continuada ora aparece com o papel de desenvolvimento desses profissionais, ora como mecanismo de controle, tendo em vista que os professores são responsabilizados pelo seu fracasso e suas dificuldades.

Em consonância com os autores já mencionados anteriormente, Adrião e Peroni (2018) expõem que a BNCC foi uma reforma curricular que foi coordenada pelo setor empresarial, articulado com o setor público, contudo os educadores e as universidades não obtiveram contribuições expressivas. Assim, evidencia-se a relação entre o setor governamental e grupos empresariais nas políticas públicas educacionais, contexto este em que a BNCC foi delineada.

No entendimento de Costa, Farias e Souza (2019) a BNCC surge como um mecanismo para regular o trabalho dos professores, representando um retrocesso à formação docente, uma vez que impossibilita o direito à formação crítica e emancipada, bem como reflete na autonomia dos professores a respeito dos processos de trabalho, da construção de conhecimento e de uma formação que permita problematizar as questões que a sociedade vivencia.

Outro ponto, acerca da BNCC e a formação dos professores, é destacado por Albino e Silva (2019). Segundo os autores, a BNCC apresenta um discurso impositivo, uma vez que define habilidades e competências a serem adotadas pelas instituições de ensino; esta ação, por sua vez, restringe a autonomia dos professores ao construírem seus planos de ensino, pois incorre na ideia de que os educadores são incapazes de pensar outros conhecimentos relevantes ao aprendizado dos alunos.

Nessa perspectiva, Ferraz (2019) aponta que as competências enumeradas pela BNCC indicam o que deve ser aprendido pelos estudantes, bem como apresentam a finalidade para qual aquela competência deverá ser alcançada. Ainda conforme os autores, este cenário configura-se um grande desafio para os professores, no que tange à autonomia docente, pois ao criar situações de ensino tanto em relação à definição de conteúdos curriculares, quanto à suas práticas curriculares, os professores precisam estar atentos para não se tornarem refém às determinações preconizadas pela BNCC, como normas a serem cumpridas.

Dessa maneira, Rocha e Pereira (2019) mencionam que a BNCC passou por várias alterações até chegar a sua versão final, todavia o documento em questão apresenta uma proposta distanciada das demandas sociais, além de ser marcado por disputas no âmbito das políticas curriculares. Nesse sentido, Ferraz (2019) aponta que referente aos itinerários, embora norteiem para promoção de um aprofundamento das áreas de conhecimento, no entanto, não há seguridade desta ação. Sendo assim, nada garante a

formação integral dos alunos, principalmente nas escolas em que estão em condições mais vulneráveis.

Diante do cenário apresentado, Lopes (2018) coloca que há um esforço (financeiro, humano, intelectual) muito grande investido na produção de uma base curricular. Contudo, todo esse esforço poderia ser empregado na valorização do empenho dos professores com o seu trabalho, em melhores condições de trabalho, melhorias na infraestrutura das escolas, na formação de quadros nas secretarias para ser trabalhado com currículos e sobre o mesmo.

De acordo com Brasil (2019), a qualidade profissional dos professores é uma das ferramentas mais importante para o alcance de resultados educacionais promissores. Por isso, reafirma-se a relevância da formação docente, uma vez que esta é a alavanca mais importante para o progresso da qualidade de ensino e da aprendizagem escolar dos alunos em formação.

Ademais, é pertinente pontuar que a qualidade educacional depende de outros fatores além do professor e sua formação, como: infraestrutura adequada dos sistemas de ensino, investimentos em projetos pedagógicos, articulação entre as escolas e o sistema educacional, valorização de todo o corpo escolar e não somente os professores (FERRAZ, 2019). A partir disso, evidencia-se que a qualidade da educação não é responsabilidade somente do professor, embora, muitas vezes, é atribuída a ele essa responsabilidade. Todavia, a responsabilidade da qualidade da educação deve ser compartilhada por todos nós, incluindo governo, família e a comunidade escolar.

Nesse sentido, outra problemática é levantada pela autora Lopes (2018, p. 25):

A pretensão de que todas as escolas sigam a mesma proposta curricular e a mesma orientação pedagógica com a ideia de que, com isso, as metas de aprendizagem serão garantidas, tende a ocultar a problemática de que a desigualdade social associada à educação não é decorrente de um registro intrinsecamente pedagógico. Se há desigualdades no sistema educativo - e essas desigualdades existem - isso se deve ao investimento diferenciado na carreira do professor e nas condições de trabalho nas escolas, nas condições de vida das famílias e nas condições de estudo dos alunos e alunas.

Dessa maneira, em um país com grande desigualdade e falta de acesso, adotar um único currículo nas escolas acaba refutando a ideia defendida pela BNCC de que isso reduziria as desigualdades, uma vez que o acesso não é igual para todos. Além disso, a hegemonização dos conteúdos ratifica o caráter instrumental da BNCC, fato que distancia

os indivíduos do conhecimento pleno, sendo direcionado para uma educação tecnicista sem oportunidade de desenvolvimento do senso crítico (MOURA, 2020).

Com isso, Souza, Sousa e Aragão (2020) apontam que a formação inicial e continuada gira em torno das demandas da BNCC, a partir disso, os referidos autores questionam se as instituições de ensino estão preparadas tanto de forma estrutural quanto pedagógica para a elaboração de um currículo que, na parte comum, trate dos conjuntos de aprendizagem para todos os estudantes da educação básica.

Nessa perspectiva, Albino e Silva (2019) versam sobre outra fragilidade da BNCC, expondo que tanto no Brasil como em outros países o modelo de educação baseada em competência tem compreensão polissêmica, visto que a educação por competência engloba diversas problemáticas (sujeitos focados no sistema produtivo, sistema de ensino voltado apenas para o conteúdo e educação mecanicista). Além disso, essas questões refletem outros setores, como o aligeiramento dos cursos de formação, muitas vezes ministrados por instituições de qualidade duvidosa, cuja finalidade é fornecer uma qualificação direcionada somente para o mercado de trabalho.

Nesse prisma, Moura (2020) aponta que a formação docente realizada em cursos universitários, pautada no ensino e na pesquisa está ficando ameaçada, e corre sério risco de ser substituída por uma formação feita com cursos aligeirados e baratos. Uma vez que a formação docente sob a perspectiva da BNCC abre espaço para que jovens recém-formados e treinados tornem-se professores por um período curto de dois ou três anos, ficando a formação docente cada dia mais ameaçada podendo ser retirada das universidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo nos permitiu refletir sobre a BNCC, o currículo e suas interferências/intenções na formação de professores da educação básica, expondo alguns desafios enfrentados pelos profissionais da educação a partir da implementação da BNCC. Sendo possível, ainda, observar como essa política curricular defende práticas agravantes que interfere na qualidade do sistema educacional brasileiro, tendo em vista que muitas questões são impostas ao professor da educação básica restringindo sua autonomia ao construir seus planos de ensino, por exemplo.

Ademais, a BNCC parte da ideia de que alcançará a equidade, ao definir as aprendizagens essenciais comuns, e ao instituir as mesmas políticas educacionais a

todas as escolas do país (públicas e privadas). Com isso, observa-se que esse documento vem com um discurso que promete a superação das desigualdades referente à qualidade de ensino na educação básica, contudo, na prática, não é isso que realmente acontece.

Por isso, é necessário que a BNCC seja discutida de forma ampla, não só por profissionais de ensino, como também, por toda a comunidade escolar, problematizando os impactos que essa política curricular promove, nos diversos âmbitos da educação brasileira, uma vez que a qualidade da educação é responsabilidade de todos, não somente do professor, como muitas vezes essa responsabilidade a ele é atribuída.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; PERONI, V. A formação das novas gerações como campo para os negócios. In: AGUIAR, M. Â. S.; DOURADO, L. F. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.
- AGUIAR, M. Â. S.; DOURADO, L. F. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica**. 3ª versão do Parecer. Brasília: MEC, set. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124721-texto-referencia-formacao-de-professores/file>>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular - Caderno Técnico**. CNE/MEC. 2017b. Disponível em: <<http://cnebncc.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CÁSSIO, Fernando L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, 2018. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887/pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- COSTA, M. C. S.; FARIAS, M. C. G.; SOUZA, M. B. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Formação de Professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 91-120, 2019.
- DIAS, Rosanne Evangelista. Políticas de currículo e avaliação para a docência no espaço Iberoamericano. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 590-604, 2016.
- FERRAZ, Roselane Duarte. A BNCC e os desafios aos profissionais da docência. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 7, p. 95-111, 2019.

FREIRE, Geiza Ferreira; VIEIRA, Demóstenes Dantas. Reflexões sobre o currículo: das teorias tradicionais às teorias pós-críticas. In: **Anais do VI Congresso Nacional de Educação**. 2019.

LOPES, A. C. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 43, 2019.

MOURA, Ana Clara Rodrigues Prazeres de. **A base nacional comum curricular (BNCC): as implicações na formação de professores para Educação Básica**, 40 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes; BORGES, Maria Célia. A Base Nacional Comum Curricular e seus impactos na formação continuada de professores da Educação Básica. **Educação em Revista**, v. 21, n. 2, p. 37-50, 2020.

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. **Aspectos históricos das teorias do currículo**. EDUCERE-XIII Congresso Nacional de Educação, p. 2794-2808. 2017.

RIBEIRO, A. Base Nacional Comum Curricular-debates e movimentos–Francisco Aparecido Cordão entrevista Alice Ribeiro. **Boletim Técnico do Senac**, v. 43, n. 2, p. 228-235, 2017.

ROCHA, N. F.G; PEREIRA, M. Z. C. Base Nacional Comum Curricular: os discursos sobre a docência. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 203-217, 2019. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/964>>. Acesso: 26 mar. 2022.

SACRISTÁN, J.G; PÉREZ GÓMES, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SOUZA, Maria Betânia Dantas de. **Contribuições da BNCC para a Educação Infantil: perspectivas de ensino-aprendizagem na pré-escola**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, vol. 06, p. 108-120. 2020.

TOMBOLATO, Mariana. **Fundamentos pedagógicos da BNCC: Educação Integral e Desenvolvimento de Competências**. 2020. Disponível em: <<https://saladacoordenadora.com.br/site/fundamentos-pedagogicos-da-bncc-educacao-integral-e-desenvolvimento-de-competencias/#comments>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

*Recebido em: 01/12/2022*

*Aprovado em: 21/12/2022*

*Publicado em: 06/02/2023*